

REVISTA

DESAFIOS

ISSN: 2359-3652

V.12, n.4, julho/2025 - DOI: 10.20873/2025_jul_12308

COLOVING: A DIMENSÃO ECONÔMICA DAS RELAÇÕES NÃO-MONOGÂMICAS

*COLOVING: THE ECONOMIC DIMENSION OF
NON-MONOGAMOUS RELATIONSHIPS*

*COLOVING: LA DIMENSIÓN ECONÓMICA DE LAS
RELACIONES NO MONÓGAMAS*

Francine da Rocha Tavares

1Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ, Instituto Infnet, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: tavaresfrancine@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5985-1238>.

Ramon Bezerra Costa

2Departamento de Comunicação Social, UFMA, São Luís, Brasil. E-mail: ramonbzc@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2512-9412>.

RESUMO:

Este artigo propõe reflexões sobre a constituição do modo de vida poliamorista em relação às dinâmicas econômicas emergentes baseadas no compartilhamento de bens, de experiências e de serviços. A partir de pesquisa bibliográfica, de entrevistas e de observação participante realizada no grupo Amor Vivo Book Club, encontrou-se consonância entre os âmbitos econômicos e afetivos em três aspectos: valorização do acesso (uso) em detrimento da posse; promoção da abundância em função da circulação dos bens e gestão de recursos (tempo e sentimento). O poliamor se constitui como um modo de vida crítico ao capitalismo tradicional e à monogamia compulsória como seu arranjo correspondente. Ao amparar-se em valores como liberdade, autonomia e autenticidade, emerge a possibilidade de interrogar sua virtualidade como arranjo socioafetivo simpático às sociedades neoliberais.

PALAVRAS-CHAVE: Poliamor. Economia Colaborativa. Relações Amorosas

ABSTRACT:

This article proposes reflections about the constitution of the polyamorous way of life in relation to the emerging economic dynamics based on the sharing of goods, experiences and services. From bibliographic research, interviews and participant observation carried out in the Amor Vivo Book Club group, there was consonance between the economic and affective spheres in three aspects: valuing access (use) to the detriment of possession; promotion of abundance according to the circulation of goods and resource management (time and feeling). Polyamory is a critical way of life for traditional capitalism and compulsory monogamy as its corresponding arrangement. By supporting values such as freedom, autonomy and authenticity, the possibility of questioning their virtuality emerges as an equivalent socio-affective arrangement of neoliberal societies.

KEYWORDS: *Polyamory. Collaborative Economy. Love Relations.*

RESUMEN:

Este artículo propone reflexiones sobre la constitución del modo de vida poliamoroso en relación con las dinámicas económicas emergentes basadas en el intercambio de bienes, experiencias y servicios. A partir de la investigación bibliográfica y la observación participante realizada en el grupo Amor Vivo Book Club, hubo consonancia entre las esferas económica y afectiva en tres aspectos: valorar el acceso (uso) en detrimento de la posesión; promoción de la abundancia según la circulación de bienes y gestión de recursos (tiempo y sentimiento). El poliamor es una forma de vida crítica para el capitalismo tradicional y la monogamia obligatoria como su arreglo correspondiente. Cuando se sustenta en valores como la libertad, la autonomía y la autenticidad, la posibilidad de cuestionar su virtualidad surge como un arreglo socioafectivo que simpatiza con las sociedades neoliberales.

Palabras clave: *Poliamor. Economía colaborativa. Relaciones amorosas.*

INTRODUÇÃO

Se, para Simon May (2012), amor é “promessa de enraizamento ontológico” (MAY, 2012: 57) direcionada a tudo ou a todos que despertam em nós a sensação de lar no mundo, o poliamor pode ser compreendido como o desejo de habitar em várias casas simultaneamente. Diferentemente da poligamia e da poliandria, em que homens, no primeiro caso, e mulheres, no segundo, podem se relacionar com diversas parceiras e parceiros, o poliamor funciona como uma espécie de rede, em que, idealmente, não existe núcleo ou hierarquia. No poliamor, ainda, é possível que indivíduos se relacionem amorosamente sem a existência de vínculos sexuais e o consentimento de todas as pessoas envolvidas é fundamental para a emergência e a manutenção das relações.

A reflexão teórica apresentada nas linhas a seguir é feita a partir de observações e debates construídos no Amor Vivo Book Club durante os mais de três anos em que uma das autoras deste trabalho acompanhou os encontros do clube de leitura, no Rio de Janeiro, entre 2014 e 2018. O grupo se apresenta como um coletivo de pessoas adeptas e/ou interessadas no tema das relações não-monogâmicas, sobretudo que têm o poliamor como modalidade ideal de relacionamento e que se reúne uma vez por semana, em um espaço financiado pelos integrantes, para discutir um capítulo do livro eleito para o ano em questão¹. O coletivo também existe online no Facebook, onde debates sobre os textos e outras questões pertinentes ao tema são frequentes.

Este trabalho foi construído a partir de uma combinação de metodologias qualitativas que incluíram: revisão bibliográfica, observação participante no grupo online e presencial e entrevistas com os integrantes do grupo. As análises do material coletado foram feitas à luz da concepção foucaultiana de "análise do discurso" (FOUCAULT, 1995, 1996), que consiste no exame dos enunciados, isto é, das coisas ditas pelos sujeitos do discurso amoroso analisado: entrevistados e autores. Nessa perspectiva, o discurso é compreendido não apenas como fala, mas como aquilo que produz realidades quando nomeia coisas. Foi pela fala, de modo espontâneo, que um dos

¹ No período pesquisado, foram estudados dois livros: *The Ethical Slut: a practical guide to polyamory, open relationships, and other freedoms* de Janet W. Hardy e Dossie Easton e *More than two: a practical guide to ethical polyamory* de Franklin Veaux, Janet Hardy e Tatiana Gill.

integrantes do Amor Vivo Book Club enunciou o termo "coliving" em seu discurso sobre poliamor. A partir dele, confrontamos as contigências e as continuidades e descontinuidades históricas que atravessavam o debate sobre o poliamor e que nos permitiu evidenciar algumas das relações de poder e saber presentes nesse discurso.

A partir de reflexões entre os autores deste artigo sobre quão ingênuo e problemático seria um texto sobre relacionamentos não-monogâmicos que não incluísse um olhar crítico sobre a ausência da dimensão socioeconômica na discussão sobre o assunto, a ideia deste trabalho surgiu.

Embora estejamos conscientes de que uma abordagem socioeconômica não encerre os pontos críticos de uma discussão pungente quanto esta, a proposta do espaço que temos nestas páginas é analisar a intrínseca relação entre as dinâmicas econômicas contemporâneas e o modo de vida poliamorista praticado e almejado pelos integrantes do Amor Vivo Book Club. As reflexões sobre essa problemática visam responder aos seguintes questionamentos: como o sistema econômico pós-industrial contribui com relações amorosas mais flexíveis? E como uma racionalidade econômica das emoções e das relações pode colaborar com a gestão e o funcionamento de relações múltiplas?

A ECONOMIA DO AMOR

Embora não haja consenso, é possível afirmar que, prioritariamente, para os participantes dos debates do Amor Vivo Book Club, a não-monogamia é entendida ora como evolução, ora como retorno à genuína natureza perdida na etapa anterior da civilização, graças ao avanço do capitalismo e do patriarcado. Essa poderia ser uma possível leitura da clássica obra de Friedrich Engels (1985) "A origem da família, da propriedade privada e do estado"?

Engels se ampara em diversos estudos antropológicos, especialmente no de parentesco do antropólogo norte-americano Lewis Morgan, para analisar os elementos que tornaram possíveis a emergência da monogamia, exercício semelhante ao que estamos propondo neste estudo sobre a emergência do poliamor, especialmente porque, tal como em Engels (1985), a dimensão econômica como moduladora da sociabilidade (FRANÇA, 2018) assume funções essenciais na configuração das relações sexuais e afetivas.

O autor considera dois momentos em sua análise: o pré-histórico, que inclui o estado selvagem e a barbárie, e a civilização, ambos com suas fases superior, mediana e inferior. Essa divisão confere a Engels (1985) a possibilidade de contar a história da monogamia a partir do que veio antes dela, configurando-a como fenômeno histórico e não natural.

No estágio pré-histórico da humanidade, quando foram encontrados os primeiros indícios de residência fixa, de instrumentos de pedra, da domesticação dos animais e do cultivo de plantas, não existia a ideia de família. De acordo com os estudos nos quais Engels (1985) se baseia, os matrimônios aconteciam em grupos. Homens e mulheres se relacionavam sexualmente sem limites proibitivos como incesto ou qualquer interdição por consanguinidade. Essa ausência do sentimento de ciúme e a falta da ideia de laço familiar foram fundamentais para que esses grupos pudessem manter a união coletiva favorecendo a evolução da espécie. A defesa de Engels (1985) é de que há uma relação entre a fragilidade de laços familiares e o fortalecimento de acordos sociais coletivos, facilitando a organização dos grupos e o alcance de objetivos como caça, pesca, habitação e a própria sobrevivência.

Com o desenvolvimento daquilo que Engels (1985) chama de “comunismo primitivo”, alterações importantes nos arranjos conjugais passaram a acontecer e, junto a elas, mudanças nas configurações sociais e econômicas. E esse é um ponto de extrema importância no estudo de Engels (1985): a correlação entre alterações socioeconômicas e mudanças nos arranjos conjugais.

A ideia de família começa a emergir com a privação do intercurso sexual entre pais e filhos, num primeiro momento. Com isso, Engels (1985) identifica três tipos de família até a solidificação da monogamia como arranjo hegemônico. As três configurações são: família punaluna, família sindiásica e família monogâmica. Dentre as principais características da família punaluna estão: a exclusão de relação sexual entre pais e filhos e, depois, entre irmãos; a impossibilidade de saber quem é o pai dos filhos e, com isso, o reconhecimento exclusivo da filiação materna, reforçando o poder da mulher naquilo que Engels (1985) chama de comunismo primitivo; o princípio da formação das gens, isto é, círculo fechado de parentes consanguíneos por linhagem feminina; a coexistência de relações variadas, sendo elas exclusivas de casais,

temporárias ou não e, ainda, a poligamia. Há registro da poliandria em casos isolados, ainda mais esporádicos do que a poligamia, que não chegou a se solidificar como arranjo prioritário em nenhuma comunidade que se tem registro.

Com a gradativa passagem da família punaluna para a sindiásmica, algumas mudanças ocorreram. A principal delas se deu pelo fato de que não deveria mais haver matrimônio entre parentes consanguíneos de nenhum grau. Os filhos permaneciam pertencendo à mãe e continuava havendo formatos diferentes, mas o arranjo mais comum passou a ser o do casal, de homem e mulher. Isso ocorreu justamente devido à escassez de pessoas para se relacionar, já que passou a ser vedada a relação consanguínea. Distintamente do que vai ser observado na família monogâmica, na sindiásmica os vínculos são flexíveis, podendo ser rompidos por ambas as partes a qualquer momento. Entretanto, sobre a liberdade sexual das mulheres, algumas alterações começam a emergir. Diferentemente do matrimônio por grupos e no modelo de família punaluna, na sindiásmica a liberdade sexual feminina passou a ficar condicionada a festividades e tradições religiosas, como, por exemplo, a prática de amor livre antes do casamento.

A família sindiásmica emergiu de uma série de transformações socioeconômicas como, por exemplo, a exploração de escravos, a domesticação de animais, a criação de gados e a mudança de protagonismo na família, da mãe para o pai. Isso aconteceu porque o homem passou a ser o detentor das riquezas acumuladas e a mulher, paulatinamente, se tornou subordinada ao homem.

No processo de passagem do que Engels (1985) chama de estado “selvagem para civilização”, o sistema social promoveu e foi promovido por um novo tipo de família, a monogâmica, que, segundo o autor, assumiu as seguintes características: maior solidez dos laços conjugais; apenas homens podendo romper os laços; direito masculino à infidelidade; fidelidade feminina para garantir a legitimidade da prole, mulher na condição de criada, sem participação na vida pública. Tratou-se da primeira forma de família baseada na condição econômica, tendo como intenção a manutenção e a ampliação da

propriedade privada². Isso quer dizer que embora a monogamia, em seu sentido etimológico, signifique a reprodução/relacionamento conjugal com uma pessoa, em seu sentido histórico ela está ligada ao arranjo familiar que visa a manutenção de riquezas. Em Engels, a união conjugal na forma do casal, isto é, monogâmica em seu sentido etimológico, não configura por si só uma relação de exploração do homem sobre a mulher. É a partir de uma leitura contemporânea a nós, sobretudo advinda do que podemos chamar de feminismo da segunda onda³, que a relação entre monogamia e exploração acontece.

Em 1884, Engels acreditava que estávamos caminhando para uma revolução social em que as bases da economia iriam desaparecer. É sabido que Engels e Marx falavam do socialismo. Mesmo que o futuro desse passado não tenha acontecido como esperado, atualmente, observamos uma série de mudanças no modo como os meios de produção são usados no âmbito do que podemos nomear como capitalismo pós-industrial (SENNET, 1999). Caberia, ao menos, um questionamento: de que maneira essas mudanças interferem no modo como os arranjos afetivos e sexuais acontecem atualmente?

A CIRCULAÇÃO DO AMOR

Buscando entender o motivo que levava os participantes do Amor Vivo Book Club a afirmarem que o poliamor se tratava de um modo de vida e não apenas uma maneira mais fácil de encontrar parceiros sexuais, fizemos questionamentos sobre as práticas, os valores e os conceitos mais importantes manejados por nossos interlocutores.

Como afirmam, a monogamia está dada pela sociedade como um manual pronto de regras afetivo-sexuais a serem seguidas, não havendo espaço para negociação. A traição, por exemplo, necessariamente acontece se um dos parceiros se relacionar com alguém de fora da relação.

² Embora Engels demonstre em seus estudos a correlação entre mudanças sociais, culturais e econômicas e as alterações nos arranjos familiares, ele declara que a família monogâmica foi a primeira a corresponder a um sistema econômico, que mais tarde seria uma das bases de sustentação do capitalismo. Essa concepção de economia apresentada por Engels se distancia da noção de economia que utilizamos neste trabalho por compreendê-la como inerente às relações sociais humanas baseadas em trocas, sejam eles de bens materiais ou imateriais, sendo os afetos e os sentimentos encarados também como ativos imateriais.

³ Betty Friedan, autora de "A mística feminina" (1963) pode ser considerada proeminente dessa leitura.

No amplo universo da não-monogamia, tudo pode ser questionado, porque aquilo que fundamenta a monogamia, isto é, o impedimento do interesse e da ação de se relacionar com terceiros, deixa de ser um problema. Entretanto, encontramos no grupo elementos que distanciam em muito a possibilidade da prática não-monogâmica contemporânea do chamado “comunismo primitivo” de Engels (1985) com os matrimônios por grupos e até as formas posteriores de família. Há ao menos três pontos de diferenciação: a noção de individualidade; a relação entre arranjo conjugal e amor; e novas formas de sociabilidade ancoradas em diferentes maneiras de produção. Esses três pontos se relacionam de modo particular no fenômeno do poliamor.

A modernidade fundou a noção de indivíduo, de sujeito dono de si, que possui desejos e deveres que são considerados importantes. Até a Idade Média, as aspirações individuais tinham pouca importância no âmbito social. Denise Mancebo (2002), ao problematizar a noção de indivíduo, considera que uma das categorias universais da modernidade ocidental seria a hipótese do homem como fundamento do mundo, o que tem relação com questões como o respeito à interioridade, à privacidade e a uma clara separação entre as esferas pública e privada. Essa compreensão também está relacionada às reformas científicas, impulsionadas, especialmente, pela proposta cartesiana que compreende a existência de um sujeito autoconsciente e com absoluto domínio sobre sua vontade (MANCEBO, 2002). Tal concepção também está presente no liberalismo econômico, a partir do qual os indivíduos seriam dotados de personalidades soberanas e identidades bem delimitadas (MANCEBO, 2002).

A pouca importância dada às vontades individuais também estava ligada aos relacionamentos afetivo-sexuais monogâmicos. O casamento se tratava de um negócio familiar. A família escolhia o cônjuge conforme seus interesses econômicos, não levando em consideração os sentimentos amorosos do futuro casal. A ideia de amor, aliás, estava presente em situações alheias ao casamento, como cantam os trovadores do amor cortês sobre os casos de traição e de desejo sem consumação do ato.

O amor romântico rousseauiano, junto ao cristianismo, foram responsáveis por unir amor, casamento e felicidade (MAY, 2012). O que se vê atualmente, entretanto, é a possibilidade de se amar e de ser feliz, valores

indispensáveis nesta sociedade, sem a necessidade de se casar. Soma-se a isso a possibilidade de praticar relações sexuais não apenas sem a necessidade de casamento como também sem a necessidade de amor (BAUMAN, 2004).

Relacionando esse breve resumo histórico às mudanças socioeconômicas ocorridas sobretudo a partir da segunda metade do século XX, vimos amadurecer formas de produção e de relações sociais com base em práticas e valores distintos daqueles do auge da modernidade. Modernidade tardia (HALL, 2006), pós-modernidade (LIPOVETSKY, 2005), modernidade líquida (BAUMAN, 2004) são alguns dos nomes dados ao momento de transformações sociais, econômicas, culturais que o Ocidente, em especial, vem passando nas últimas décadas. O termo escolhido por nós a princípio será o de capitalismo pós-industrial a partir da concepção de Richard Sennett (1999). Essa escolha foi feita especialmente pela possibilidade de trazer a visão do autor sobre a relação entre mudanças no âmbito do trabalho, das formas de fazer negócios, produzir bens e serviços e as relações familiares.

Em “A corrosão do caráter”, Sennett (1999) compara o cotidiano pessoal e profissional do pai Enrico e do filho Rico para observar como os modelos de trabalho se alteraram num espaço de vinte anos. Enrico passou sua vida inteira no mesmo emprego sendo faxineiro de uma fábrica. Empresa com hierarquias bem definidas, horário de trabalho previamente acordado, regras claras e fixas de ascensão no trabalho e possibilidade de planejamento a longo prazo pela confiança na estabilidade profissional.

Já Rico trabalha em uma empresa com uma rotina flexível. Rotina, aliás, é uma das palavras mais temidas da geração de Rico. Os jovens trabalhadores executam projetos de curta duração com equipes temporárias ao redor do mundo. O trabalho de Rico exige agilidade para tomar decisões, competitividade e flexibilidade. O mercado instável exige profissionais que sejam capazes de lidar com as incertezas da vida profissional e, ainda assim, continuem motivados.

Para Sennett (1999), valores como ética e caráter exigem experiências a longo prazo, de valorização do futuro em detrimento do presente. Com isso, ele não quer dizer que incerteza e instabilidade são fenômenos novos, mas que o sistema capitalista atual apresenta melhores condições para o desenvolvimento e a sustentação deles. Embora o discurso de defesa do capitalismo flexível seja

o de defesa da liberdade, Sennett acredita que esse sistema de promoção da adaptabilidade estabelece formas de controle mais sutis.

Embora esse cenário permaneça atual, precisamos considerar outros aspectos na contextualização que pretendemos fazer aqui. Outras denominações foram criadas para dar conta das dinâmicas econômicas das últimas décadas: capitalismo industrial, capitalismo informacional, capitalismo cognitivo, para ficarmos em algumas. Cada um desses termos indica características circunscritas historicamente. Dentre os fatores que colaboraram para essas mudanças estão as tecnologias digitais de comunicação, que certamente não definiram, mas contribuíram significativamente para a emergência de determinadas experiências econômicas, ou, se quisermos, de específicos modelos de sociabilidade que podem ser percebidos por meio das dinâmicas de acesso a bens e serviços. Belk (2014) vai chamar o fenômeno de consumo colaborativo, Bauwens (2012) de economia colaborativa, Rifkin (2016) trabalha com a noção de economia de compartilhamento. O que todas essas ideias têm em comum é indicarem formas de se relacionar e acessar produtos e serviços, em geral entre desconhecidos, seja através do empréstimo, da doação, da troca, do aluguel a partir de sites ou aplicativos para smartphones.

Possivelmente, os exemplos mais conhecidos das dinâmicas econômicas dessa natureza sejam as plataformas *Uber* e *Airbnb*. A primeira coloca em contato pessoas que precisam de transporte com quem está disposto a dirigir e a segunda quem necessita de hospedagem com pessoas que tenham um espaço disponível em casa. Tudo isso mediado por plataformas controladas pelas empresas que organizam as dinâmicas e ficam com uma porcentagem sobre cada transação. Interessante notar que a *Airbnb* pode ser vista como uma empresa de hospedagem, mas não possui imóveis, apenas organiza o acesso a espaços já existentes; da mesma forma a *Uber* poderia ser encarada como uma prestadora de serviços de transporte, mas ela se diz uma empresa de tecnologia uma vez que não detém a propriedade de veículos e apenas coordena as relações.

Obviamente, tais modelos não estão isentos de controvérsias. A *Airbnb* é acusada de contribuir com processos de gentrificação em diversas cidades do

mundo e a *Uber* é alvo de processos trabalhistas por motoristas que exigem direitos. Scholz (2016) considera essas empresas como representantes do “capitalismo de plataforma”, isto é, serviços sob demanda executados por trabalhadores sem direitos garantidos e que estão levando o mercado cada vez mais a outras áreas da vida humana.

Nesse contexto, surgem iniciativas em diversas áreas que favorecem o acesso a produtos e serviços em detrimento da propriedade. A *House of Bubbles* e a *Blimo*, por exemplo, funcionam como uma espécie de biblioteca de roupas por meio da qual, em detrimento da compra de roupas e acessórios novos, paga-se uma assinatura mensal e se tem acesso a um guarda-roupa compartilhado com diversos desconhecidos. O *Tem Açúcar* coloca em contato pessoas que moram próximas para pedir objetos emprestados, como uma escada ou furadeira, sem envolver dinheiro. É possível também substituir o guia de turismo por um morador local através de plataformas como a *Rent a Local Friend*. Para se deslocar pela cidade em curtas distâncias, ao invés de comprar uma patinete elétrica, é possível alugar uma pela *Bird*. Caso prefira utilizar uma bicicleta elétrica é possível acessar uma pela *E-Moving*. A *Parpe* permite alugar seu próprio carro nas horas ou dias em que ele estiver na garagem para desconhecidos. Para ficarmos em alguns exemplos.

Juliano⁴, um dos interlocutores entrevistados, afirmou acreditar que práticas como coworking (ambientes compartilhados de trabalho), coliving (nome dado a casas compartilhadas por pessoas que não são necessariamente conhecidas e que, inclusive, é o formato de habitação escolhido por ele atualmente) e ecovilas (comunidades urbanas ou rurais autossustentáveis que estão sendo objeto de estudo e projeto de futuro de outro interlocutor participante do grupo) emergem de um só lugar e que o poliamor faz parte desse lugar. Por isso mesmo, "o poliamor pode ser pensado como uma espécie de coloving", conclui Juliano.

Poliamor e atividades econômicas baseadas no compartilhamento se transformam em “coloving” nas palavras de um dos adeptos de ambas as práticas. Mas, além do fato dos encontros do Amor Vivo Book Club serem realizados recorrentemente em espaços de trabalho coletivo e dos integrantes do grupo trabalharem e viverem em ambientes compartilhados, o que significa

⁴ Nome fictício, assim como todos os nomes de interlocutores apresentados neste artigo.

dizer que existe uma lógica de funcionamento comum entre relações econômicas e relações afetivo-sexuais?

Essas dinâmicas, baseadas no acesso em detrimento da propriedade, parecem questionar uma das bases da economia moderna: a escassez. Segundo Robbins (1945), em uma das primeiras e ainda a mais aceita definição contemporânea de economia, essa ciência seria caracterizada pelo estudo das ações humanas resultantes da relação entre as ilimitadas necessidades humanas e os recursos escassos. Engels (1985), além de afirmar que a monogamia se trata da primeira configuração familiar de função econômica, ressalta que a escassez foi fundamental para o seu desenvolvimento e sustentação. Com o voto consanguíneo, o número de pessoas para se relacionar diminuiu. Concomitantemente, o interesse feminino pela permanência de parceiros únicos cresceu, promovendo escassez de pessoas disponíveis para relações afetivo-sexuais e formação de famílias.

Entretanto, a noção de que escassez se trata de um valor absoluto da economia começou a ser questionada com a popularização das tecnologias digitais de comunicação através das quais o acesso (e a propriedade) a um conteúdo digital não inviabiliza o acesso (e a propriedade) de outra pessoa ao mesmo produto. Isso no caso dos bens que passaram a ser digitalizados: músicas, vídeos, textos, por exemplo. Contudo, o que se observou, especialmente a partir da segunda década dos anos 2000, foi a expansão desse modelo para o mundo físico por conta de outras formas de produção e consumo emergentes (RIFKIN, 2016), como foi possível observar nos exemplos citados, ao priorizar o acesso em detrimento da propriedade por meio do uso compartilhado.

Assim, a escassez parece ser substituída pela premissa da abundância. Conforme propõe Costa (2018), ir da escassez à abundância não significa a desmaterialização de um objeto físico ou o aumento de sua produção, mas a alteração nos modelos de gestão e criação de recursos. A abundância emerge no momento em que objetos ociosos ganham utilidade e habilidades são colocadas à disposição dos outros em seu tempo livre. A abundância é como uma “lente” que ajuda a perceber maneiras de utilização que otimizem as habilidades e os bens, sejam eles materiais ou imateriais. Trata-se, então, de

gerar uso e valor onde comumente não existiria. Essa compreensão vai ao encontro de como Diamandis e Kotler (2012) pensam a abundância: ela tem relação com a criação de possibilidades.

Priorizar o acesso em detrimento da propriedade, conforme vimos nos exemplos citados, indica uma experiência por meio da qual é possível utilizar o bem e o que ele proporciona, mas sem a necessidade de adquirir um. Douglas e Isherwood (2013) defendem que consumimos as coisas pelas relações que sustentam e não por elas mesmas. Diante disso, não parece exagero sugerir que, contemporaneamente, estamos buscando, como sempre, as relações que nos interessam ao consumir os bens, mas sem possuí-los.

Abundância em contraste à escassez, uso e experimentação no lugar de posse, foco na gestão de recursos, como o tempo, e não no aumento da produção, são características de outra lógica econômica presente nos exemplos abordados anteriormente. É dessa lógica que Juliano diz que o poliamor faz parte.

É importante, entretanto, atentar para o fato das dinâmicas econômicas estarem sendo consideradas não como um domínio apartado da nossa existência ordinária, como é possível depreender das ideias de Fukuyama (1996, p.20).

Embora a atividade econômica esteja indissoluvelmente ligada à vida social e política, há uma tendência equivocada, estimulada pelo discurso econômico contemporâneo, a considerar a economia como uma faceta da vida com suas leis próprias, separada do resto da sociedade. Vista dessa maneira, a economia é um feudo no qual indivíduos se aglutinam apenas para satisfazer seus desejos e necessidades egoístas antes de reintegrarem-se nas suas vidas sociais “reais”.

Ainda segundo Fukuyama (1996, p.20), “a economia constitui uma das mais fundamentais e dinâmicas áreas da sociabilidade humana” tendo em vista que em qualquer relação de troca, isto é, econômica, desde uma acanhada mercearia familiar até uma empresa multinacional, existe a interação entre sujeitos. Por meio dessas dinâmicas de trabalho as pessoas extrapolam suas existências particulares e são agregadas a um cenário social mais amplo (FUKUYAMA, 1996), o que torna essas interações não só uma maneira de

receber sua remuneração ao final do mês, mas igualmente uma forma de constituir um determinado modo de vida.

Se, na emergência da monogamia, Engels (1985) identificava a escassez como característica intrínseca à primeira estrutura familiar com função econômica, o cenário atual é outro. Não houve alteração no voto sobre relacionamentos com parentes, por exemplo, mas houve aumento populacional. Desde as décadas de 1960 e 1970, com a disseminação do feminismo da segunda onda, as mulheres passaram a questionar as regras sociais sobre sexualidade promovendo o que podemos chamar, com ressalvas, de “liberdade sexual feminina”, houve afrouxamento das convenções sociais acerca da instituição familiar e da necessidade de casamento para a prática sexual. Mais recentemente, as tecnologias digitais de comunicação facilitaram encontros com objetivos afetivos e sexuais. Esses fatos nos permitem desenhar outro cenário para as relações amorosas de modo geral, mas, quando se trata do poliamor, é preciso somar a ele elementos que dão conta da perspectiva de outra economia nas relações não-monogâmicas.

O sentimento ou a vontade de ficar com outras pessoas desperta em muitos adeptos do poliamor o interesse pela não-monogamia. Isto é, o desejo pela não-monogamia pode surgir justamente da experimentação do sentimento compartilhado, geralmente por duas pessoas ao mesmo tempo. Esse, aliás, é um ponto importante que deve ser destacado daquilo que podemos chamar de ethos poliamorista. Ao contrário do imaginário social do poliamor como promiscuidade, os integrantes do Amor Vivo Book Club pautam suas relações pelo que eles chamam de responsabilidade afetiva, tanto nas relações estáveis quanto nas casuais.

Há, no grupo estudado, uma preocupação com a manutenção da palavra e do compromisso com o outro, e não apenas um interesse na realização dos desejos afetivos e sexuais momentâneos. Diferentemente do comportamento daqueles chamados de “monogâmicos solteiros”, que são pessoas que apresentam comportamento monogâmico mesmo sem estar em um relacionamento de compromisso, os “não-monogâmicos” acordam de antemão os limites das relações. Acontecimentos inesperados como ciúmes ou interesse em ocupar um lugar privilegiado na relação, por exemplo, podem acontecer,

mas a abertura para o diálogo é uma premissa no comportamento relacional dos integrantes do grupo. Os poliamoristas se relacionam por atração sexual e também por amor. Amam mais de uma pessoa ao mesmo tempo e de maneiras diferentes, mas dão lugares distintos a essas pessoas na relação. Felipe, por exemplo, é casado com Joana e não pretende tirar Joana desse lugar ainda que se apaixone por outra pessoa. Joana, casada com Felipe, namora Marcos e fica com outras pessoas e não pretende mudar esse status. Essa conformação pode mudar, mas ela não necessariamente acontece em função da chegada de uma nova pessoa na relação. Cada pessoa ocupa um lugar diferente na vida de uma pessoa não-monogâmica.

A lógica explicada pelos integrantes do Amor Vivo Book Club é a de que “nós precisamos parar de acreditar no ideal romântico da completude”, afirma Leonardo, que é casado e também namora uma terceira pessoa, já que “ninguém individualmente vai atender a todas as nossas demandas sexuais e afetivas”. Logo, se relacionar com mais pessoas aumenta a possibilidade de satisfação pessoal, uma sensação que Juliano chama de “plenitude”. A plenitude vem da soma das partes, de experiências vividas com os outros. Enquanto o parceiro de X está com Y assistindo um filme, A, que não tem parceiro fixo e gosta de música eletrônica, está com X em uma rave. A companheira de Y está manejando seus dispositivos tecnológicos na busca de novas experiências com pessoas que queiram dançar forró.

No caso das relações não-monogâmicas, assim como nos exemplos das dinâmicas econômicas baseadas no compartilhamento listados anteriormente, a abundância só acontece quando há a circulação dos bens, isto é, das pessoas. Para que isso aconteça, a ideia de posse, ao menos integral, precisa ser gradativamente abandonada. A posse, para a engrenagem funcionar, impede que as mercadorias circulem. É possível estar em uma relação estável, como um casamento, e ser poliamorista, se no tempo em que o casal não estiver junto for permitido, acordado e desejado que ambos estejam ou possam estar com outras pessoas. Uma furadeira, por exemplo, pode ser colocada para empréstimo no aplicativo *Tem Açúcar* enquanto não estiver sendo usada pelo seu dono. Ela pertence a alguém, mas circula no tempo ocioso. A perspectiva econômica da abundância atua no campo das possibilidades. Entretanto, assim como nas relações promovidas pelas experiências econômicas emergentes

citadas aqui, quando se trata do poliamor, há que se atentar para a necessidade de gerenciamento dos recursos disponíveis, pois é essa gestão que vai permitir uma boa circulação dos bens.

Uber, Airbnb, Tem Açúcar, Catarse etc. não existiriam sem as plataformas que colocam em conexão usuários que têm algo a oferecer. Embora apresentem semelhanças com práticas antigas de empréstimo entre vizinhos e escambo de mercadorias, esses intercâmbios são de ordem distinta justamente por combinarem os elementos descritos nas linhas acima.

Além de fazer uso das plataformas de relacionamento existentes, como Tinder e Happn, os adeptos do poliamor e ou integrantes não-monogâmicos entrevistados para este trabalho fazem parte de plataformas sociais criadas por eles mesmos. Amor Vivo Book Club presencial e no Facebook, festa Free Kiss, grupo Pratique Poliamor, grupo no Facebook e encontros presenciais do RLI (Relações Livres) são tecnologias de captação, gestão e manutenção de experiências afetivo-sexuais. Esses ambientes funcionam como um filtro onde é possível encontrar pessoas que já estão interessadas no universo não-monogâmico.

Ainda sobre ferramentas, vale mencionar o uso que integrantes do grupo fazem do Google Agenda para gerenciar seus compromissos amorosos. Popular entre adeptos do poliamor, a ferramenta funciona como um organizador diário de eventos onde é possível incluir título, período em que estará ocupado naquele compromisso, data, local, alerta para avisar quando o evento está prestes a acontecer e a possibilidade de compartilhamento, tornando possível adicionar outras pessoas ao mesmo evento. O uso corporativo ou burocrático seria o mais esperado em relação a uma ferramenta como essa, mas, para o universo do poliamor, a presença na agenda indica respeito e senso de compromisso. Se a agenda for compartilhada e tiver dias fixos, a sensação de fortalecimento dos laços aumenta. Em uma das discussões sobre o uso da Google Agenda no Amor Vivo Book Club no Facebook, um dos integrantes do grupo mencionou o quanto a ferramenta o ajudava a organizar seu tempo, sua vida profissional, pessoal e afetiva. Na ocasião do debate, o integrante do grupo questionou “como lidar com esse recurso limitado que é o tempo?” e mais “será que dá pra se organizar e aproveitar mais o tempo, tanto

em quantidade como em qualidade, sem perder a espontaneidade e a liberdade?”, questionou Felipe no grupo do clube no Facebook.

Se a crença na possibilidade de amar de modo ilimitado permeia todo o discurso poliamoroso, a dúvida sobre a possibilidade de colocar em prática essa abundância de sentimento não aparece com tanta frequência. Como distribuir as vinte e quatro horas do dia entre o trabalho, os cuidados pessoais, o sono, a alimentação, o deslocamento, os amigos, os estudos e os relacionamentos afetivo-sexuais?⁵ Viver no ambiente a partir do qual o poliamor emerge, isto é, o “coliving”, encurta o trabalho de captação no processo de busca de novas relações porque nesses ambientes há uma rede de práticas e de valores compartilhados. Mas além da gestão material do tempo, um recurso claramente limitado, existe a necessidade de gerenciamento do sentimento no tempo-espacô. É isso que o integrante do grupo questiona quando fala do risco de perda da “espontaneidade e da liberdade”.

É materialmente possível para muitas pessoas saírem com uma pessoa por dia, sete dias por semana, ou mais se não houver outros compromissos, mas como se lida com o próprio sentimento em relação a essa frequência e intensidade? Como se lida com as expectativas, cobranças e sentimentos dos outros? Se Y namora X e X está saindo com mais outras três pessoas, o que Y faz com seu tempo livre? Como Y lida com o fato de não sair com tantas pessoas? Se Y está com ciúmes, tem que se curar. Se Y quer sair com outras pessoas, tem que buscar. Se não quer sair, tem que aprender a ficar sozinho. Se apenas quer passar mais tempo com X, tem que saber respeitar a liberdade, a individualidade e os desejos de X. Há uma infinidade de possibilidades de respostas para essas perguntas de acordo com as experiências ouvidas e lidas nos grupos e entrevistas, mas as soluções individuais para elas não é o que mais interessa. O ponto para o qual devemos nos atentar é o de que as relações poliamorosas exigem dos seus adeptos um esforço de racionalização dos sentimentos de modo particularmente diferente do praticado na monogamia.

⁵ Nas discussões sobre esse tópico no grupo do Facebook, surgiram debates a respeito dos privilégios de uma classe abastada que pode ser poliamorista. Essa relação entre poliamor e privilégio aparece com frequência nas discussões, mas não há consenso. Há quem acredite que o poliamor, por retomar a lógica das sociedades comunistas primitivas, promova relações mais igualitárias de gênero e econômicas, e há quem questione a dependência financeira de mulheres em relação aos homens, o que dificultaria a vivência de uma liberdade afetiva e sexual integral.

Tanto na emergência da monogamia (ENGELS, 1985) quanto na monogamia promovida pelo amor romântico burguês (MAY, 2012) que se popularizou com a literatura romântica e depois com o cinema, há uma separação fundamental entre as esferas econômica e afetiva. Ainda que o casamento e a família se configurassem como instituições econômicas, a ideia de amor aparecia como algo que escapava à lógica vigente. O amor estava destinado aos homens, na Grécia Antiga, isto é, fora do casamento; ao trovador, fora do casamento, na Idade Média; ao cônjuge, agora escolhido por amor, na Modernidade. A crítica da socióloga Illouz (2011) é justamente sobre os novos modos de sociabilidade ancorados em discursos e práticas econômicas e afetivas que dão forma ao que ela chama de capitalismo afetivo. É da cultura terapêutica, proveniente da popularização da psicanálise na formação das identidades ocidentais contemporâneas, que emerge o estilo afetivo terapêutico. Nele, a dimensão afetiva assume a centralidade da vida pessoal e profissional e passa a exigir do sujeito uma série de competências afetivas, linguísticas e sociais para o manejo satisfatório dos sentimentos. Para Illouz (2011), o excesso de racionalização nas técnicas e estratégias de sociabilidade afetiva contemporâneas tornam as relações mais econômicas no sentido mercadológico e menos românticas.

Longe de naturalizar o amor romântico, o que Illouz (2011) parece questionar são os limites éticos da prática de tratar o outro e também a si mesmo como mercadoria no âmbito das relações pessoais. Na busca pela realização pessoal como objetivo fim da vida, o que chamamos de autenticidade (TAYLOR, 2011) e que Juliano nomeia de plenitude, observa-se o julgamento dualista e a hierarquização dos comportamentos afetivos. Aquilo que foge à lógica de autorrealização, de afirmação da individualidade e do imperativo da experimentação afetiva e sexual é rebaixado à categoria do anormal, do doentio, do involuído, do não-saudável, do construído culturalmente, no sentido negativo. A posse do outro não faz parte do repertório de desejos não-monogâmicos, assim como o cuidado de não se deixar possuir. Cada um é dono de si mesmo e essa é a única propriedade que precisa ser respeitada.

Embora os integrantes do Amor Vivo Book Club entrevistados se declarem não-monogâmicos como forma de demarcar uma posição alternativa à norma social vigente da monogamia, é importante salientar que o caráter alternativo se refere apenas a uma parte do que “ser monogâmico”, em seu sentido histórico, significa, isto é, àquela relacionada à liberdade individual da sexualidade e dos sentimentos. Assim como não existe ligação entre a emergência das práticas econômicas baseadas no compartilhamento e a ameaça das estruturas econômicas do sistema capitalista, não encontramos nos relatos e nas discussões dos interlocutores entrevistados questionamentos a respeito de como os arranjos não-monogâmicos podem abalar as bases de um sistema de organização econômica e de gênero. Homens e mulheres foram colocados no mesmo lugar de igualdade afetiva, sexual e econômica durante todo o tempo em que a pesquisa foi feita.

Além de afetar particularmente a camada conservadora da sociedade brasileira, o poliamor não parece ameaçar nenhuma estrutura socioeconômica. Pelo contrário, joga com o sistema econômico emergente, com as estruturas flexíveis do neoliberalismo. É possível dizer que este seja um dos momentos históricos mais favoráveis para que os arranjos não-monogâmicos construam condições de se sustentar, pois existem estruturas econômicas, sociais, psicológicas e culturais favorecendo sua estabilização. Esse assentamento está mais longe de transformar a não-monogamia em um “comunismo primitivo” do que em um “coloving”. Comunidades compostas de pessoas que amam umas às outras desde que a si mesmas em primeiro e último lugar, isto é, um tipo de amante forjado no seio da razão econômica neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos mostrar como as relações amorosas não-monogâmicas refletem padrões de funcionamento das dinâmicas econômicas baseadas no compartilhamento. Para isso, analisamos discussões realizadas com integrantes do grupo Amor Vivo Book Club. Encontramos consonância entre as práticas de produção e consumo de bens e serviços das empresas e organizações provenientes das economias emergentes e as práticas afetivo-sexuais relatadas pelos integrantes do grupo pesquisado em relação a três aspectos: valorização do acesso (uso) em detrimento da posse; promoção

da abundância em função da circulação dos bens no tempo ocioso; e gestão de recursos (tempo e sentimento).

Sobre a reflexão a respeito da racionalização dos afetos e o imbricamento dos campos econômico e afetivo, criticados por Illouz (2011), devemos ressaltar que isso não é encontrado exclusivamente nas relações não-monogâmicas. Além de apresentar a lógica das práticas econômicas centradas no compartilhamento, os integrantes do Amor Vivo Book Club também demonstram praticar comportamentos do que Illouz (2011) nomeia de estilo afetivo terapêutico. Entretanto, diferentemente do que pode ser observado no comportamento das pessoas monogâmicas solteiras no cotidiano de busca e descarte das relações casuais (BAUMAN, 2004), as pessoas não-monogâmicas do grupo pesquisado demonstram significativa preocupação em tornar claro, de antemão, os termos da relação, o que significa que pode ou não haver a possibilidade de um relacionamento duradouro e com compromisso. Além disso, há uma interessante conjugação de perspectivas aparentemente contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que racionalizam as emoções visando tornarem-se amantes e pessoas melhores, reforçam ideais de amor romântico contradizendo a aposta de Illouz (2011) de que a dinâmica econômica atenua o romantismo. Nesse caso, o romantismo está menos ligado à crença de que uma única pessoa vai ser capaz de atender a todas às expectativas afetivas de alguém do que à crença nas próprias relações amorosas e de que um outro (no caso, vários outros) são capazes de, a partir de relações amorosas, promover plenitude. Aspectos como a valorização do passado, de uma natureza sem interferência da cultura e a própria concepção de autenticidade (TAYLOR, 2011) que se apresenta no projeto poliamorista também são valores do Romantismo como movimento cultural mais amplo, para além daquele popularizado nas novelas e filmes hollywoodianos.

O poliamor do Amor Vivo Book Club se trata de um ideal de arranjo afetivo-sexual almejado por parte das pessoas que já vivem ou que têm interesse no tema das relações não-monogâmicas. Vivenciado por poucas pessoas do grupo, em momentos transitórios, o poliamor apresenta uma modalidade de arranjo não-monogâmico com significativo sentido de compromisso entre os integrantes da relação, por possibilitar a existência de

relações fixas concomitantes, com determinadas hierarquias (embora possa não ser esse o ideal almejado), e por prescindir de uma fala franca que implica não apenas em um compromisso com a verdade individual, mas também na relação com o outro. Se não é possível encontrar discussões de aspectos sociopolíticos e econômicos mais amplos, estando a maioria do grupo pesquisado interessada na manutenção de uma estrutura econômica de classe média privilegiada da zona sul do Rio de Janeiro, ao menos o modo como o coliving, o poliamor ou as relações não-monogâmicas são praticados no âmbito do Amor Vivo Book Club pode servir para uma reflexão mais ampla sobre o lugar da autenticidade nas práticas afetivo-sexuais das pessoas que se relacionam monogamicamente ou não nesta sociedade. Pretendemos abordar os aspectos ligados à franqueza e à autenticidade em estudos futuros.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmund. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. 1^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

BAUWENS, Michel. et al. **Synthetic overview of the collaborative economy**. 1^a ed. Orange Labs and P2P Foundation, 2012.

BELK, Russell. You are what you can access: sharing and collaborative consumption online. **Journal of Business Research**. v. 67, n.8, p. 1595-1600, 2014.

COSTA, Ramon Bezerra. **Economia da Confiança**: comunicação, tecnologia e vinculação social. 1^a ed. Curitiba: Appris, 2018.

DIAMANDIS, Peter. H.; KOTLER, Steven. **Abundância**: o futuro é melhor do que você imagina. 1^a ed. São Paulo: HSM, 2012.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. 2^a ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FRANÇA, Vera Veiga. Sociabilidade: implicações do conceito no estudo da comunicação. In: MOURA, Flávia de Almeida; MATOS, Marcos Fábio Belo; COSTA, Ramon Bezerra; FERREIRA, Rosinete de Jesus Silva (orgs.). **Produção de sentidos e**

tecnologia: estudos contemporâneos em comunicação. São Luís: EDUFMA, p.163-173; 2018.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança:** as virtudes sociais e a criação da prosperidade. 1^a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade.** 11^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo.** 1^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio.** 1^a ed. Barueri, SP: Manole, 2005.

MANCEBO, Deise. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. **Psicologia:** Ciência e Profissão, Brasília, v. 22, n.1, p.100-111, 2002.

MAY, Simon. **Amor:** uma história. 1^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero:** a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. 1^a ed. São Paulo: Makron Books, 2016.

ROBBINS, Lionel. **An essay on the nature and significance of economic science.** 2^a ed. London: Macmillan, 1945.

SCHOLZ, Trebor. **Platform cooperativism:** challenging the corporate sharing economy. 1^a ed. New York: Rosa Luxemburg Stiftung, 2016.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 17^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade.** 1^a ed. São Paulo: É Realizações, 2011.